



# ABREU MACHADO – APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA

EXMO. SR. CONSELHEIRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**Ref: PREGÃO PRESENCIAL 51/2021 – PREFEITURA MUNICIPAL  
DE ESTIVA**

**URGENTE – LICITAÇÃO MARCADA PARA DIA  
17-09 COM FLAGRANTES NULIDADES**

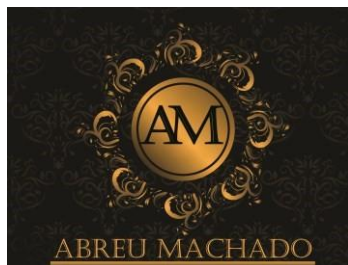
A empresa **Abreu Machado – Apoio Administrativo e Assessoria**, inscrita no CNPJ nº **26.950.936/0001-77** e Inscrição Estadual nº **002900491.00-00**, sediada na Rua Pouso Alegre, nº260, São Geraldo, Município de Martins Soares-MG CEP.:36972-000, vem, por seu representante legal, apresentar **REPRESENTAÇÃO CONTRA O EDITAL** supra mencionado do município de Estiva, que faz nos seguintes termos:

## **I- DOS FATOS E FUNDAMENTOS**

A empresa impugnante obteve o edital através do sítio eletrônico oficial desta prefeitura, onde após análise do edital, mais especificamente do Termo de Referência, foi constatado vícios graves e insanáveis do processo, os quais põe em risco a probidade do certame além de violar diversos princípios inerentes a administração pública e ao processo licitatório, impedindo a participação de mais de uma empresa, onde após breve síntese será demonstrado os indícios de direcionamento.

### **1) DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA LICITAÇÃO**

O Direito Administrativo é um ramo particularmente repleto de princípios, pois a proteção dos interesses da coletividade deve estar sempre norteando as atitudes da administração, em geral, e do administrador, em particular.



# ABREU MACHADO – APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA

Segundo o dicionário, princípio é o “momento em que alguma coisa tem origem; causa primária; teoria; preceito”. (Hidelbrando de Lima, 1971)

A Constituição Brasileira consagrou alguns princípios norteadores da administração pública quando, em seu art. 37, caput, assim dispõe:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:”

Além disso, o art. 3º da Lei 8.666/93, que regula as licitações e contratos administrativos, traz uma gama de princípios a serem seguidos pela Administração na consecução da probidade administrativa, sendo considerado o dispositivo de maior destaque na Lei. *Ipsi Literis*:

“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.”

Para Maria Sílvia Zannella Di Pietro o processo licitatório se origina do princípio da indisponibilidade do interesse público:

“A própria licitação constitui um princípio a que se vincula a Administração Pública. Ela é decorrência do princípio da indisponibilidade do interesse público e que se constitui em uma restrição à liberdade administrativa na escolha do contratante; a Administração terá que escolher aquele cuja proposta melhor atenda ao interesse público.”(Di Pietro, 1999, p.294)

Abaixo será demonstrado alguns princípios que estão sendo violados neste processo licitatório.

## **1.1 Princípio da Supremacia e Indisponibilidade do Interesse Público:**

Embora não esteja expressamente disposto na Lei de Licitações, o princípio da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares está implícito nas próprias regras do Direito Administrativo e configura-se, nos dizeres de Hely Lopes Meirelles, “como



# ABREU MACHADO – APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA

um dos princípios de observância obrigatória pela Administração Pública...”( Hely Lopes, 1997,p.95). Ao deixar de tutelar apenas os direitos individuais e passar a se preocupar com interesses da sociedade, a Administração deve sempre ser norteadada por aquele princípio.

Intimamente ligado ao princípio da supremacia encontra-se o da indisponibilidade do interesse público. Ao administrador é dada a tarefa de zelar pelos interesses da coletividade. Assim, esse gerenciador não pode dispor daqueles interesses em detrimento da proteção aos dos particulares.

Nos ensinamentos de Celso Antônio Bandeira de Mello:

“indisponibilidade dos interesses públicos significa que sendo interesses qualificados como próprios da coletividade – internos ao setor público – não se encontram à disposição de quem quer que seja, no sentido de que lhe incumbe apenas curá-los – o que é também um dever – na estrita conformidade do que predispuer a intentio legis.” (Celso Antônio, 1992, p.23)

## 1.2. Princípio da Legalidade

À Administração só é dado o direito de agir de acordo com o determinado pela lei. Este é o principal corolário do princípio da legalidade e “constitui um das principais garantias de respeito aos direitos individuais” (Di Pietro, 1999, p.67)

Dessa forma, por mais simples que seja o ato que venha praticar a Administração, este deve está baseado e protegido por uma norma (lato sensu), caso contrário não terá eficácia.

## 1.3. Princípio da Moralidade

Esse princípio, expressamente representado tanto na Constituição Federal quanto na lei no 8.666/93, é alvo de crítica por parte da doutrina. Segundo Maria Sílvia, alguns doutrinadores não o reconhecem, posto ser um “princípio vago e impreciso, ou que acaba por ser absorvido pelo próprio conceito de legalidade” (Di Pietro, 1999, p.77)



# ABREU MACHADO – APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA

Data máxima vênia, o princípio da moralidade se constitui em importante norte para o Administrador Público, pois a administração não pode tomar postura que desabone a boa conduta de seus atos.

A boa-fé deve consubstanciar os atos praticados pelo Administrador. A sempre valiosa lição de Di Pietro é esclarecedora no sentido de que “o princípio deve ser observado não apenas pelo administrador, mas também pelo particular que se relaciona com a Administração Pública.” (Di Pietro, 1999, p.79)

## 1.4. Princípios da Impessoalidade e da Igualdade.

A impessoalidade dos atos administrativos é pressuposto da supremacia do interesse público. Quebrada a isonomia no tratamento com os particulares, o administrador deixa de observar o interesse da coletividade, bem maior e objeto principal do Direito Administrativo. Hely Lopes afirma que:

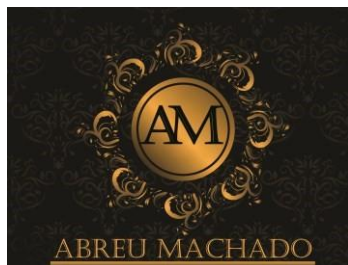
“o princípio da impessoalidade, referido na Constituição de 88 (art. 37, caput), nada mais é que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal. E o fim legal é unicamente aquele que a norma de Direito indica expressa ou virtualmente como objetivo do ato, de forma impessoal.” (Hely Lopes, 1997, p.85)

Intimamente ligado ao princípio da impessoalidade encontra-se o da igualdade. Tal preceito, insculpido no preâmbulo da Carta Política de 1988, determina a competição entre os licitantes de forma igualitária. Sendo que à Administração Pública cabe tratar todos os administrados de forma a impedir favoritismos.

Considerando as licitações, esse princípio obriga à Administração tratar todos os licitantes de forma isonômica, preservando as diferenças existentes em cada um deles.

## 1.5- Conclusão

De acordo com o art. 3º da Lei nº 8.666/93, são princípios expressos da licitação: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, igualdade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo.



# **ABREU MACHADO – APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA**

Dentre eles, destaco o princípio da igualdade entre os licitantes, a Administração Pública deve conduzir a licitação de maneira impessoal, sem prejudicar ou privilegiar nenhum licitante. Desde que preencham os requisitos exigidos, todos os que tiverem interesse em participar da disputa devem ser tratados com isonomia.

Todos os dispositivos da lei de licitações ou regulamentação de um específico processo licitatório devem ser interpretados à luz do princípio da isonomia.

Assim é obrigação da administração pública não somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também demonstrar que concedeu à todos os concorrentes aptos a mesma oportunidade.

A importância da licitação para a Administração Pública e, por conseguinte, para o Direito Administrativo, manifesta-se no art. 37, XXI, da Constituição da República:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;

Assim, o princípio da igualdade dos administrados perante a Administração Pública, ao ser aplicado à licitação pública, transmuda-se no princípio da igualdade de condições a todos os concorrentes, que adquire caráter de princípio constitucional mediante a sua inclusão no texto da Carta Magna, acima transcrito.

O art. 37, inciso XXI, CF, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Já o artigo 44 e 45 da Lei de Licitações de forma expressa veda que a Comissão de Licitação e o Poder Público contrariem esses princípios:



# ABREU MACHADO – APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA

Art. 44 - No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 1º -É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.(...)

Art. 45 – O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de Licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle jurisprudência.

Esta Lei veda também que os agentes públicos pratiquem atos tendentes a restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame, consoante se depreende da leitura de seu art.

3º já citado nesta impugnação.

## 2) DA VEDAÇÃO DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A vedação de empresa em recuperação judicial se demonstra contrária ao entendimento do Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais Superior Tribunal de Justiça e a doutrina:

### 6.5. Não será permitida a participação de empresas:

6.5.1. Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

6.5.2. Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

6.5.3. Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

6.5.4.1 . A distancia de 100 km a ser considerada será medida a partir de estradas oficiais pavimentadas.

Conforme decisões abaixo, não é possível que prospere no presente certame vedação explícita a participação de empresa em recuperação judicial:

ACÓRDÃO Nº 8.271/2011 – TCU – 2ª CÂMARA  
1.5.1. dar ciência à Superintendência Regional do DNIT no Estado do Espírito Santo que, em suas licitações, é possível a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/93.





# ABREU MACHADO – APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA

ACÓRDÃO Nº 5.686/2017 – TCU – 1ª CÂMARA 1.7.1.1. a vedação da participação de empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, em certames licitatórios, está em desacordo com o entendimento do TCU (Acórdão n. 658/2017 – Plenário) e da AGU (Parecer n. 4/2015/CPL/DEPCONSU/PGF/AGU).

"Admite-se a participação, em licitações, de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório". (TCU, Acórdão 1201/2020 Plenário, Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

"Sociedade empresária em recuperação judicial pode participar de licitação, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica". STJ. 1ª Turma. (AREsp 309.867-ES, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 26/06/2018).

DENÚNCIA. REFERENDO. PREGÃO PRESENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CESSÃO E DIREITO DE USO DE SOFTWARES INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL. IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRESENÇA DOS REQUISITOS DA PROBABILIDADE DO DIREITO E DO PERIGO DE DANO. SUSPENSÃO LIMINAR DO CERTAME. DECISÃO MONOCRÁTICA REFERENDADA. É irregular o impedimento de participação no certame de empresas em recuperação judicial, devendo ser acrescentado no ato convocatório a aceitação de certidão positiva de recuperação judicial. E no caso de empresa enquadrada nesta condição vencer o certame, a Administração deverá proceder a diligências para que a licitante comprove sua capacidade econômico-financeira para assumir o contrato ( Processo 1031209 Relator Conselheiro Wanferley Avila)

Este entendimento pode ser verificado também no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, é o que aduz a decisão proferida nos TCs 3987.989.15-9 e 4033.989.15-3:



# ABREU MACHADO – APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA

[...] Deste modo, a empresa que obteve a concessão da Recuperação Judicial não está, de antemão, inapta para ser contratada, podendo assumir riscos e compromissos nos limites previstos no seu Plano de Recuperação que, diferentemente da concordata, possui maior flexibilidade na sua negociação junto aos credores. Todavia, a mera existência de plano de recuperação judicial, por si só, não garante a capacidade da empresa em executar as obrigações contratuais, até porque o descumprimento de qualquer obrigação estabelecida no plano acarretará a convalidação da recuperação em falência (art. 61, §1º). [...] [...] Importante frisar que a apresentação da certidão de concessão de recuperação judicial não suprime a obrigação de a empresa comprovar todos os quesitos requeridos no certame, inclusive econômico-financeiros, pois necessário conferir igual tratamento a todas as licitantes, perante o princípio da isonomia. [GRIFO NOSSO] [...] [...] Nestes termos, o que pude observar é que a não apresentação da certidão negativa de recuperação judicial não pode resultar na inabilitação imediata da licitante, mas deve ser sucedida de avaliação dos demais requisitos de habilitação econômico-financeira que, no caso de empresas naquela situação, deve abarcar a verificação de que o Plano de Recuperação encontra-se vigente e atende as exigências “indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações” (art. 37, XXI, CF). [...] [...] Feitas essas ponderações, considero, de plano, ilegal a previsão de vedação de participação no certame de empresas que estejam em situação de recuperação judicial, podendo, todavia, ser requisitada a certidão negativa durante a fase de habilitação. [...]

Após a decisão transcrita acima, o TCESP consolidou o entendimento de que empresas em recuperação judicial poderiam participar das licitações, sendo condenada cláusula editalíssima com qualquer tipo de restrição, conforme depreende-se das decisões nos processos de representação contra editais de licitação: TC5725.898.15, TC-5607.989.15, TC-7205.989.15, TC-7205.989.15, TC-7607.989.15, TC-7077.989.15, TC-7878.989.15, TC-9796.989.15, TC-362.989.16, TC-430.989.16, TC-676.989.16, TC-735.989.16, dentre outras.

Com efeito, o edital é irregular porque veda a participação de empresas em recuperação judicial. Sendo que o certame então não possibilita que empresas em recuperação que tenham o plano homologado judicialmente possam participar do certame, e tal vedação frustra o caráter competitivo do certame, o mesmo deve ser editado imediatamente





# ABREU MACHADO – APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA

## 3) DA INCONGRUÊNCIA DA RESTRIÇÃO TERRITORIAL

Outra ilegalidade do certame é a tentativa de se restringir o caráter competitivo do certame, através do impedimento de empresas sediadas em outros municípios de participar através da exigência de distancia das empresas a 50km da sede da Prefeitura:

1.1.4 – **A licitação destina-se a contratação de empresa cuja sede ou filial esteja numa distância máxima, de cinquenta quilômetros (50Km), a ser contado em rodovia federal e/ou estadual, contados da sede da Prefeitura Municipal de Estiva (MG).** Tal exigência referente à localização se faz necessária tendo em vista a obtenção da proposta mais vantajosa para este Município, pois, se a distância entre a sede do Município e Contratada for maior que a determinada, a vantagem do “menor preço” ficará prejudicada em razão do aumento do custo e o menor percentual aplicado no desconto. O raio máximo se justifica em observância ao princípio da continuidade do serviço público, somando ao princípio da eficiência, visto que serviços públicos essenciais, como educação e saúde, poderão ter prejuízo, com a demora na entrega das peças, paralisando o veículo, afetando a própria população, cujo é a destinatária final de toda ação pública primária. Ademais, **referido limite de distância inclusive foi adotado pelo TCEMG, em sua licitação nº 21/2018, sob a modalidade pregão eletrônico nº 21/2018, permitindo-se a aplicação analógica e subsidiária da ideia apresentada pelo Tribunal, tudo em respeito a eficiência e economicidade administrativa.**

Nota-se então que o município baseia-se em uma licitação desta Corte de Contas para impor uma restrição sem qualquer estudo que a justifique, e além disso, utiliza-se de uma licitação do TCE como se a realidade do município de Estiva fosse a mesma e ainda com objeto diverso.

Ainda, de início deve ser destacado que o certame possui incongruências referente as restrições territoriais, sendo que no item 1.1.4 traz que a licitação possui restrição a empresas localizadas a uma distância de **50 km da sede da prefeitura** conforme trecho acima, já o item 6.5.4.1 traz a restrição de **100km:**

### **6.5. Não será permitida a participação de empresas:**

- 6.5.1. Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- 6.5.2. Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- 6.5.3. Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

**6.5.4.1 . A distancia de 100 km a ser considerada será medida a partir de estradas oficiais pavimentadas.**

Trazendo uma total insegurança jurídica o item 1.1.8 traz o benefício da lei 123/2006 para municípios sediado no **RAIO DE 45KM:**



# ABREU MACHADO – APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA

**1.1.8. Com base no §3º do art.48 da Lei 123/2006, será observado o benefício de prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.**

**1.1.9. Considerar-se-á como empresa local aquela sediada no município de Estiva e como empresa regional aquela sediada num raio de até 45Km(quarenta e cinco) quilômetros da cidade de Estiva.**

Já o item 1.4 diz que o raio para benefício da lei 123 é de 50 km:

**1.3 - Com base no § 3º do art. 48 da Lei 123/2006, será observado o benefício de prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.**

**1.4 - Considerar-se-á como empresa local aquela sediada no Município de Estiva e como empresa regional aquela sediada num raio de até 50km (cinquenta quilômetros) da Prefeitura Municipal de Estiva.**

Nota-se então uma grave incongruência e insegurança jurídica devido as divergências constantes no certame.

Nota-se que a administração municipal apresenta uma restrição territorial de 50km em seu certame baseando a distância conforme a o pregão 21-18 do TCE-MG, pois conforme já narrado, o nº de possíveis licitantes em Belo Horizonte-MG é totalmente diverso do de Estiva.

Como o município de Estiva sequer apresenta os requisitos mínimos que justificam tal restrição se que é absolutamente restritiva de competição e representa o que é de pior na licitação, ou seja, o afastamento de empresas interessadas e aptas a prestarem os serviços. Para tanto, mister relembrarmos sobre o que diz a lei 8666/93 sobre o referido tema, verbis:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:



# ABREU MACHADO – APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, **DA SEDE OU DOMICÍLIO DOS LICITANTES** ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

O edital está fazendo na verdade verdadeira restrição e distinção de domicílio de licitante, em clara violação ao inciso I do artigo 3º da lei 8666/93, impedindo empresas que estão situadas fora do plano piloto de Brasília de prestarem os serviços objeto do edital em apreço.

Impende destacar, ainda, que o Projeto Básico deve ser analisado de forma sistemática pelo Administrador Público, de modo a aferir a precisão e a completude das suas especificações, e, conseqüentemente, avaliar os quantitativos e os custos unitários de cada item de modo a atender ao interesse da coletividade. Igualmente, com a propriedade que lhe é peculiar, o professor Marçal Justen Filho aduziu ser necessária não só a existência de um projeto básico eficiente, mas **o seu exame à luz do interesse público e das exigências legais**, bem como a sua aprovação expressa, veja-se:

“Nenhuma licitação para obras e serviços pode fazer-se sem projeto básico (ou equivalente, quando o objeto não envolver atividade de engenharia). *Mas é insuficiente a mera elaboração do projeto básico. Faz-se necessária sua aprovação, por ato formal e motivado da autoridade competente, a qual deverá avaliá-lo e verificar sua adequação às exigências legais e ao interesse público.* A autoridade, ao aprovar o projeto, responsabiliza-se pelo juízo de legalidade e de conveniência adotado. Será competente para aprovar o projeto básico a autoridade competente para determinar a contratação da obra ou do serviço a que tal projeto se refere.” (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, p. 110, 2004). *[grifou-se]*.

**O INTERESSE É PÚBLICO.** E assim, não é crível que aceite-se exigências que privilegiem o domicílio de empresas, **configurando quicá verdadeira discriminação para com aqueles que não estão situados no município.**



# ABREU MACHADO – APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA

Nota-se que os serviços licitados não o são de fornecimento de combustíveis e sim de reparo de veículos, o que poderia, se fosse o caso de fornecimento de combustíveis, por exemplo, até justificar eventual cláusula neste sentido, pois não faria sentido deslocar-se uma grande distancia.

O TCU não discrepa quando analisa esses editais, pois eles possuem de fato cláusulas restritivas e caso sejam mantidas poderão trazer sérias conseqüências aos administradores, inclusive a aplicação de multas previstas no regimento interno.

Vejam-se os precedentes do TCU sobre o tema:

ACÓRDÃO Nº 520/2015 – TCU – 2ª Câmara

“Em tese, a limitação geográfica tem potencial de restringir a participação de empresas, mas pode ser necessária.

14. Assim, considerando a situação ocorrida, entende-se que o perímetro de doze quilômetros restringiu de fato a participação de outras licitantes no certame, incidindo na vedação contida no art. 3º, § 1º, da Lei 8.666/1993.

9.2. recomendar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, nos termos do art. 250, III, do Regimento Interno do Tribunal, que, ao elaborar o edital referente à contratação para manutenção e reparo de veículos automotores, avalie a possibilidade de agrupar os lotes do certame segundo a marca dos veículos, **bem como avaliar se a disposição geográfica das oficinas mecânicas na cidade de São Paulo/SP é não uniforme**, com vistas a ampliar a competitividade da disputa e atingir maior número de empresas participantes”

ACÓRDÃO Nº 511/2012 – TCU – Plenário

9.2.2. na licitação que vier a ser realizada em substituição ao contrato atual, corrija as seguintes falhas encontradas no Pregão Eletrônico nº 256/2011 e explicitadas no relatório e voto que fundamentam este acórdão: i) inadequação da fórmula de preços utilizada; ii) ausência de estimativa prévia de preços para a mão de obra; e iii) **utilização de critério de restrição territorial impróprio**;

Nota-se então que esta restrição quanto ao critério territorial deveria haver no mínimo um estudo demonstrando que seria mais dispendioso ao município e que empresas fora do raio escolhido não conseguiriam cumprir o contrato no prazo estipulado, porém apenas justifica a despesa com o deslocamento como se fosse economia, pois ao restringir o



# **ABREU MACHADO – APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA**

caráter competitivo do certame se restringe também os descontos que seriam obtidos pela Administração Municipal.

Por último destaco que o pregão Eletrônico 21-2018 do Tribunal de Contas do Estado tinha como objeto a prestação de serviços mecânicos, onde o mesmo limitava o raio da instalação da oficina, sendo totalmente diverso do objeto deste certame, conforme edital disponível em

[https://www.tce.mg.gov.br/Licita/LicitaCont/2018/pl\\_597/Edital\\_1\\_597\\_2018.pdf](https://www.tce.mg.gov.br/Licita/LicitaCont/2018/pl_597/Edital_1_597_2018.pdf).

## **II-DA CONCLUSÃO E DOS PEDIDOS**

Em momentos de excessos e autoritarismos, não se pode deixar que gestores públicos de maneira injustificada e sem fundamentos técnicos passem “desapercebidos”, pois conforme demonstrado não há justificativa para limitação de entrega de peças, pois a logística moderna permite que inúmeros fornecedores entreguem no prazo mesmo distantes.

Assim, de forma democrática o Controle Externo executado por esta Corte se faz necessário para barrar atitudes autoritárias de imposição de restrições “sem pé e sem cabeça”, sem realização de estudos, apenas citando um edital desta própria corte como fundamento. Ficando então comprovado o *fumus boni iuris* e *periculum in mora*, para que o presente certame seja suspenso.

Sendo assim requer-se que a presente representação seja recebida sob o rito de Exame Prévio de Editais e seja concedida medida cautelar para suspender o certame até que esta corte se posicione quanto as irregularidades apontadas.



# **ABREU MACHADO – APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA**

---

Martins Soares-MG, 15 de Setembro de 2021.

**Danilo Gaiozo Machado**

**Representante Legal**